

Direitos Humanos entre Cannabis e Maconha

Extensão universitária, associativismo canábico e direito à saúde: experiências do Programa Práxis Itinerante no enfrentamento ao proibicionismo

Ana Beatriz Pavilhão Boscariol ¹

Fabio Lanza ²

Maíra Mascarenhas Torres Peixoto Cunha ³

Resumo: Este artigo analisa experiências de extensão universitária desenvolvidas pelo Programa de Extensão Práxis Itinerante em parceria com as associações canábicas Cura em Flor (PR) e Maria Flor (SP), no contexto dos debates sobre o uso terapêutico da cannabis no Brasil. Partindo das lacunas regulatórias e dos efeitos sociais do proibicionismo, o texto discute como a extensão universitária pode se constituir como prática político-cultural voltada à promoção do direito à saúde, à democratização do conhecimento e ao enfrentamento do estigma. Metodologicamente, o estudo baseia-se em levantamento bibliográfico, análise de documentos institucionais, legislações, notícias e na sistematização de ações extensionistas, como termos de compromisso, eventos acadêmicos e espaços públicos de debate. Argumenta-se que tais iniciativas fortalecem o diálogo entre universidade, associações e sociedade, legitimando saberes produzidos no âmbito do associativismo canábico e ampliando a incidência social da universidade pública. Conclui-se que o Práxis Itinerante reafirma a extensão universitária como dimensão central da cultura acadêmica, comprometida com a cidadania, a justiça social e a transformação da realidade.

Palavras-chave: extensão universitária; cultura e cidadania; cannabis medicinal; associativismo; direito à saúde.

Abstract: This article analyzes university extension experiences developed by the Práxis Itinerante Extension Program in partnership with the cannabis associations Cura em Flor (PR) and Maria Flor (SP), within the context of debates on the therapeutic use of cannabis in Brazil. Starting from regulatory gaps and the social effects of prohibitionism, the text discusses how university extension can constitute a political-cultural practice aimed at promoting the right to health, democratizing knowledge, and confronting stigma. Methodologically, the study is based on bibliographic research, analysis of institutional documents, legislation, news, and the

¹ Mestra em Sociologia pela Universidade Estadual de Londrina, anabeatriz.boscariol@gmail.com.

² Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC SP, docente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, lanza@uel.br.

³ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina, mascarenhasmaira2000@gmail.com.

systematization of extension activities, such as terms of commitment, academic events, and public spaces for debate. It argues that such initiatives strengthen the dialogue between the university, associations, and society, legitimizing knowledge produced within the scope of cannabis associativism and expanding the social impact of the public university. In conclusion, the Itinerant Praxis program reaffirms university extension as a central dimension of academic culture, committed to citizenship, social justice, and the transformation of reality.

Keywords: University extension; culture and citizenship; medicinal cannabis; associativism; right to health.

1. Introdução

A discussão em torno do uso terapêutico da cannabis no Brasil tem ganhado centralidade no debate público nas últimas décadas, impulsionada por demandas sociais concretas de pacientes e familiares, evidenciados pela por avanços científicos no campo da saúde e por disputas políticas e jurídicas relacionadas à política de drogas. Desde 2014, o uso terapêutico da cannabis no Brasil tem sido um tema de discussão no contexto da saúde pública, especialmente para pacientes que não respondem bem aos tratamentos médicos convencionais. Diversas pesquisas já confirmaram casos de sucesso no uso de extratos da planta para ajudar no tratamento de condições como autismo, Parkinson, epilepsia, Alzheimer e outras (Carlini, Karniol, Renault & Schuster, 1974; Garcia, Cruz, Silva, Cardoso & Arruda, 2020; Carvalho, et al., 2020; Barbosa, Barros, Lima, Silva, & Souza, 2020; Silva, et al., 2020). Apesar desse movimento, o país permanece fortemente marcado por um paradigma proibicionista que restringe o acesso à cannabis para fins medicinais, produz insegurança jurídica e aprofunda desigualdades no direito à saúde.

Diversos estudos apontam que, diante das restrições institucionais e da escassez de políticas públicas efetivas, usuários de cannabis medicinal recorrem majoritariamente às próprias experiências pessoais e à internet para obter informações sobre tratamentos, dosagens e formas de uso (Kruger et al., 2020). Esse cenário evidencia não apenas a fragilidade da mediação institucional do conhecimento científico, mas também a urgência de iniciativas que promovam informação qualificada, acessível e socialmente referenciada.

A política proibicionista, historicamente vinculada a projetos de controle

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

social, moralização dos costumes e criminalização da pobreza, opera não apenas no plano jurídico, mas também no plano simbólico, produzindo estigmas que associam a cannabis à criminalidade, à marginalidade e à desordem social. Deste modo, neste artigo, parte-se do pressuposto que o proibicionismo

consiste no paradigma que rege a atuação dos Estados em relação a determinado conjunto de substâncias, como forma de disciplinamento dos corpos e da criminalização da pobreza, por meio de dispositivos que atuam coletivamente sobre o imaginário, a vida, a produção de subjetividades e a marginalização das pessoas usuárias de drogas tornadas ilícitas (FIORE, 2012). Tal fenômeno apresenta uma série de motivações históricas que inclui a radicalização política do puritanismo norte-americano, o interesse da nascente indústria médico-farmacêutica pela monopolização das produções de drogas, os conflitos geopolíticos e o descontentamento das elites em relação à desordem urbana do início do século XX (FIORE, 2012) (RODRIGUES, 2022, p.23).

Nesse contexto, pacientes que fazem uso terapêutico da planta são frequentemente deslegitimados, mesmo quando respaldados por evidências científicas e prescrições médicas, sendo empurrados para estratégias alternativas de acesso ao cuidado.

Diante de lacunas regulatórias e informacionais, emergem experiências coletivas organizadas, entre as quais se destacam as associações canábicas. O surgimento das associações civis é um fenômeno recente, a primeira associação do Brasil surge em 2014, a Associação Brasileira de Cannabis Medicinal (Ama+me) através da união de um grupo de pacientes e familiares que sentem a necessidade de se organizar de maneira mais efetiva, a fim de reivindicar meios mais acessíveis de tratamento com a maconha, assim como lutar pela pesquisa e divulgação de conhecimentos sobre os usos da planta para que tais informações chegassem a mais pessoas que pudessem se interessar pelo tratamento com cannabis.

Essas figuras proeminentes no movimento em prol da regulamentação dos usos medicinais da maconha se encontram reunidas em organizações civis sem fins lucrativos e não vinculadas ao governo. Essas associações desempenham um papel fundamental no processo de conscientização sobre o uso medicinal da maconha, servindo como uma ligação entre aqueles interessados em utilizar a planta para fins medicinais e os recursos necessários, incluindo o acolhimento de pacientes. Além disso, funcionam como espaços para a realização de debates

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

envolvendo usuários, cultivadores, médicos, advogados, pesquisadores e outros interessados no tema, contribuindo para a produção e disseminação de conhecimento. Diante desse cenário, com o intuito de ampliar a circulação de informações científicas qualificadas de forma acessível à sociedade insere-se o Programa de Extensão Práxis Itinerante vinculado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina (UEL-PR), a extensão universitária consolida-se como um dos principais instrumentos por meio dos quais a universidade pública efetiva seu compromisso social, ao estabelecer uma relação dialógica e transformadora com a comunidade (Rodrigues et al., 2013).

A literatura sobre extensão destaca que sua função não se limita à difusão de conhecimento acadêmico, mas envolve a construção conjunta de saberes, a socialização das pesquisas em andamento e o fortalecimento do papel social da universidade (Silva; Vasconcelos, 2006; Carbonari; Pereira, 2007). Nesse sentido, ações extensionistas voltadas à temática da cannabis medicinal aproximam a universidade de demandas sociais emergentes e contribuem para a superação de estigmas e desigualdades.

É nesse contexto que destacam-se as ações do Programa Práxis Itinerante, cuja atuação junto às associações canábicas Cura em Flor (PR) e Maria Flor (SP) permite compreender a extensão universitária como prática política de enfrentamento ao proibicionismo e de promoção do direito à saúde. O Programa atua na mediação entre universidade, associações e sociedade, por meio de eventos, termos de compromisso e espaços públicos de debate.

Assim, este artigo busca responder à seguinte questão: de que modo as ações do Programa de Extensão Práxis Itinerante, em parceria com as associações canábicas Cura em Flor e Maria Flor, configuram a extensão universitária como uma prática política de enfrentamento ao proibicionismo e de promoção do direito à saúde no Brasil? Ao desenvolver essa análise, o trabalho contribui para os debates sobre extensão universitária, políticas de drogas e associativismo canábico, evidenciando a universidade pública como agente ativo na legitimação de saberes historicamente marginalizados.

2. Metodologia

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná



A pesquisa possui caráter qualitativo e exploratório, fundamentando-se em três eixos metodológicos inter-relacionados. O primeiro eixo consiste em levantamento bibliográfico sobre política de drogas, proibicionismo, usos terapêuticos da cannabis, associativismo canábico e extensão universitária crítica, com o objetivo de construir o referencial teórico necessário para situar o debate em seu contexto histórico, político e social.

O segundo eixo envolveu a análise de fontes secundárias, como legislações, resoluções de órgãos reguladores, notícias jornalísticas, documentos institucionais e registros públicos relacionados às associações canábicas e às ações extensionistas. Essa etapa possibilitou observar como os marcos normativos e os discursos institucionais se articulam às disputas sociais em torno da cannabis medicinal e do direito à saúde.

Por fim, terceiro eixo metodológico refere-se à sistematização das experiências extensionistas desenvolvidas no âmbito do Programa de Extensão Práxis Itinerante, especialmente aquelas realizadas em parceria com as associações Cura em Flor e Maria Flor. Essa sistematização compreende a descrição e análise de eventos, termos de compromisso, debates públicos e ações formativas, entendidos como práticas sociais produtoras de conhecimento e de intervenção política.

3. Proibicionismo, política de drogas e acesso à saúde

“O cultivo e usos da maconha são milenares, sua proibição é muito recente. Há menos de 100 anos foi dada a largada em direção à sua criminalização” (SAAD, 2019, p. 15). As propriedades medicinais da planta Cannabis Sativa L. foram descritas na farmacopeia chinesa Pen-Ts'ao Ching há 2000 anos. Existem registros de usos médicos em praticamente todas as civilizações Antigas. Da planta nada se perdia, “o óleo extraído das sementes, a fibra oriunda dos talos e a psicoatividade encontrada nas flores foram elementos aproveitados por numerosas sociedades ao longo dos tempos” (SAAD, 2019, p. 15). A fibra do cânhamo, bastante utilizada para fabricar papel e tecidos em larga escala, foi a matéria prima principal das velas das embarcações do capitalismo mercantil.

A compreensão das disputas contemporâneas em torno do uso terapêutico

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

da cannabis exige a retomada do processo histórico de constituição do paradigma proibicionista. A criminalização da cannabis está diretamente associada à consolidação de uma política de controle de substâncias que teve como primeiro alvo o álcool, nos Estados Unidos, no início do século XX. O proibicionismo pode ser entendido como a doutrina ou prática estatal que defende a proibição de determinados produtos ou atividades, sustentada por fundamentos morais, religiosos e políticos (Rodrigues, 2022).

No caso do álcool, a ascensão de grupos religiosos protestantes no final do século XIX impulsionou uma cruzada moral contra o consumo, entendido como ameaça à ordem, à razão e ao autocontrole. Esse movimento culminou na promulgação da Lei Seca, vigente entre 1920 e 1933, cujo objetivo era reprimir práticas sociais consideradas desviantes e extinguir o consumo de bebidas alcoólicas (Simões, 2008; Reed, 2014). Entretanto, a experiência proibicionista demonstrou que a repressão não resultou na erradicação do consumo, mas na criação e fortalecimento de mercados ilícitos, na produção de novas ilegalidades e na criminalização de práticas amplamente difundidas (Rodrigues, 2008).

Com o fracasso da Lei Seca e sua revogação, as estruturas estatais criadas para combatê-la, como o Federal Bureau of Narcotics (FBN), passaram a direcionar sua atuação para outras substâncias. Nesse contexto, a cannabis, até então marginal no debate público, passou a ser enquadrada como problema de saúde pública e social. A Lei de Taxação da Marihuana, promulgada em 1937, consolidou esse processo por meio de campanhas midiáticas marcadas por discursos alarmistas, dados forjados e forte carga racializada, associando o uso da planta a comportamentos violentos, loucura e degeneração moral, especialmente entre imigrantes mexicanos e trabalhadores negros, grupos historicamente marginalizados (Reed, 2014; Escohotado, 1998).

Mesmo diante das evidências do fracasso proibicionista do proibicionismo — que, ao invés de eliminar o consumo, potencializa mercados clandestinos e cria novos problemas sociais —, a cannabis foi incluída, em 1961, na Lista I da Convenção Única sobre Entorpecentes, ao lado de substâncias como heroína e cocaína, desconsiderando seus usos terapêuticos já conhecidos (Fiore, 2012). Esse enquadramento reforçou, em escala global, a associação da planta à ilegalidade e à

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

ausência de valor medicinal.

No Brasil, a criminalização da cannabis antecede a experiência norte-americana, remontando a 1830, quando o Conselho Municipal do Rio de Janeiro proibiu o uso do “pito do pango”, associando-o principalmente à população negra escravizada e às camadas populares (Guido et al., 2020; Barros; Peres, 2011). Ao longo do século XX, a estigmatização da planta manteve-se vinculada a discursos racistas e moralizantes, que associavam seu uso à degeneração, ao atraso e à desordem social (Saad, 2019). Assim, o proibicionismo consolidou-se como um paradigma orientador da política de drogas brasileira, operando por meio do disciplinamento dos corpos, da criminalização da pobreza e da produção de estigmas sociais, afinal a associação da cannabis à criminalidade, à marginalidade e à desordem social contribui para a estigmatização de usuários terapêuticos e para a deslegitimação de suas demandas .

Dessa forma, o paradigma proibicionista impacta diretamente o acesso à saúde, uma vez que restringe a formulação de políticas públicas voltadas ao uso terapêutico da cannabis e desloca pacientes e familiares para estratégias alternativas de acesso, como a judicialização e o associativismo. É nesse cenário de tensões entre controle estatal, estigma social e direito à saúde que se inscrevem as experiências analisadas neste artigo.

4. Associativismo canábico no Brasil

No Brasil, o associativismo canábico desenvolve-se em um contexto marcado pela ilegalidade do plantio, cultivo e uso da cannabis, conforme a Lei nº 11.343/2006. Embora o art. 2º, parágrafo único, da Lei de Drogas autorize, mediante licença prévia, o cultivo e a manipulação de substâncias destinadas a fins científicos e medicinais, inexistente uma regulamentação específica que viabilize, de forma clara e acessível, o cultivo da cannabis para uso terapêutico. Soma-se a isso a ambiguidade da legislação no que se refere à distinção entre usuários (art. 28) e traficantes (art. 33), uma vez que não há critérios objetivos quanto à quantidade de substância apreendida, o que transfere à discricionariedade policial e judicial a definição do enquadramento penal. Como destacam Boiteux e Pádua (2013), essa lacuna normativa faz com que a palavra do policial tenha peso determinante nos

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

processos, produzindo insegurança jurídica e ampliando a criminalização, inclusive de pacientes que cultivam a planta para fins medicinais.

A ausência de regulamentação específica para o cultivo terapêutico da cannabis gera consequências diretas para o acesso à saúde, como o encarecimento dos tratamentos e a exposição de usuários a mercados ilegais, sem controle de qualidade, o que pode representar riscos à saúde e à integridade física (Brito; Carvalho; Gandra, 2021). Inseridos nessa encruzilhada do proibicionismo, pacientes, familiares e apoiadores passam a construir estratégias coletivas de enfrentamento, que se articulam tanto no campo do ativismo antiproibicionista quanto na produção e circulação de saberes sobre a planta. Nesse cenário, o crescimento do ativismo canábico no Brasil, intensificado a partir dos anos 2000, expressa a contestação de um paradigma que criminaliza mais do que regula, impulsionando movimentos sociais que ocupam espaços públicos, digitais, acadêmicos e institucionais em defesa da legalização e do direito à saúde (Rodrigues, 2022).

A literatura sociológica contribui para compreender como esses coletivos produzem e compartilham conhecimentos a partir das experiências dos próprios usuários. Becker (1977; 2008) demonstra que, em contextos de ilegalidade, os consumidores constroem uma rede informal de saberes — uma verdadeira “pesquisa do consumidor” — na qual usuários mais experientes orientam iniciantes, ensinam práticas de autocuidado e elaboram justificativas morais e sociais para o uso da substância. No Brasil, plataformas digitais como o fórum Growroom exemplificam essa dinâmica, funcionando como espaços públicos de troca de informações, redução de riscos e construção de uma cultura canábica baseada no compartilhamento de experiências (Barbosa, 2022).

É nesse terreno que emergem as associações canábicas, a partir de 2014, como organizações civis sem fins lucrativos formadas por pacientes, familiares e ativistas. Essas associações assumem papel central na mediação do acesso à cannabis medicinal, no acolhimento de pacientes, na articulação jurídica e na promoção de debates públicos e ações formativas. Inseridas no campo do ativismo antiproibicionista, tais organizações atuam em diferentes níveis — local,

intermediário e nacional — articulando redes, compartilhando saberes e incidindo sobre o ordenamento legal e as políticas públicas (Brandão, 2017; Rybka; Nascimento; Guzzo, 2018). Diante da lentidão do poder público, as associações tornaram-se atores fundamentais para o avanço da pauta da cannabis medicinal no Brasil, contribuindo para a disseminação de informações qualificadas, para o enfrentamento do estigma e para a garantia de apoio a pacientes que buscam alternativas terapêuticas à margem de uma regulação estatal efetiva (Costa, 2022).

Essa atuação associativa, entretanto, não se desenvolve de forma isolada. Ao buscar reconhecimento social, legitimidade institucional e ampliação do acesso à informação qualificada, as associações canábicas passam a estabelecer diálogos estratégicos com universidades públicas, profissionais da saúde, operadores do direito e pesquisadores. É nesse ponto que a extensão universitária se apresenta como espaço privilegiado de mediação entre os saberes produzidos no associativismo e o campo acadêmico, abrindo caminho para práticas colaborativas de produção de conhecimento e intervenção social.

5. Extensão universitária, produção de conhecimento e enfrentamento do proibicionismo

A extensão universitária constitui-se, atualmente, como um dos principais instrumentos por meio dos quais a universidade pública efetiva seu compromisso social, ao promover a aproximação entre ensino, pesquisa e demandas da comunidade. Conforme destacam Rodrigues et al. (2013), a extensão estabelece uma relação de troca entre universidade e sociedade, proporcionando benefícios mútuos e contribuindo para a democratização do conhecimento.

Autores como Silva e Vasconcelos (2006) apontam que as ações extensionistas assumem diferentes formatos institucionais, entre os quais se destacam eventos acadêmicos, cursos, seminários e projetos de intervenção social, com finalidades educativas, científicas e políticas. Esses espaços tornam-se fundamentais para a socialização das pesquisas em andamento e para o fortalecimento do papel social da universidade.

No campo da cannabis medicinal, a extensão universitária adquire contornos

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

ainda mais relevantes, uma vez que atua em um cenário marcado pela desinformação, pelo estigma e pela ausência de políticas públicas consistentes. Experiências extensionistas como a Liga Acadêmica de Ciências Cannábicas (LACICAN) demonstram como a universidade pode atuar na divulgação de informações científicas confiáveis e acessíveis, enfrentando a circulação de conteúdos imprecisos predominantes nas redes sociais e na internet (Kruger et al., 2020).

Ao articular-se com associações canábicas, a extensão universitária ultrapassa a lógica da transmissão vertical de saberes e passa a reconhecer pacientes, familiares e ativistas como sujeitos produtores de conhecimento. Essa perspectiva dialoga com o entendimento de que a extensão deve contribuir para a superação de desigualdades sociais e para a efetivação da cidadania, ao mesmo tempo em que fortalece a pesquisa e o ensino universitários (Carbonari; Pereira, 2007).

Nesse sentido, as ações extensionistas desenvolvidas pelo Programa de Extensão Práxis Itinerante configuram-se como práticas políticas, na medida em que tensionam o paradigma proibicionista, legitimam saberes produzidos fora dos espaços acadêmicos tradicionais e promovem o direito à saúde em contextos de vulnerabilidade social.

O Programa de Extensão Práxis Itinerante, vinculado ao curso de Ciências Sociais do Centro de Letras e Ciências Humanas (CLCH) da Universidade Estadual de Londrina (UEL), tem como objetivo central apresentar novas perspectivas às juventudes e às populações em situação de vulnerabilidade social, por meio de ações educativas, culturais e formativas. O programa parte do entendimento de que a educação, a cidadania e os Direitos Humanos constituem instrumentos fundamentais para o enfrentamento das desigualdades sociais e para a ampliação do acesso a bens simbólicos, culturais e institucionais historicamente negados a determinados grupos sociais.

Desenvolvido a partir de uma perspectiva interdisciplinar, o Práxis Itinerante realiza oficinas de sensibilização, aulas, cursos, grupos de estudo, debates e outras ações formativas que buscam valorizar trajetórias educacionais, estimular o

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

protagonismo juvenil e contribuir para a interrupção de ciclos de baixa escolaridade, evasão educacional e precariedade social. Ao possibilitar o contato direto com a universidade pública, o programa visa ampliar horizontes formativos e fortalecer a permanência e o acesso ao Ensino Superior e Tecnológico públicos, especialmente para jovens oriundos de contextos socialmente vulnerabilizados.

O programa atua a partir de diferentes eixos de ação. O primeiro eixo concentra-se no estímulo à organização de grupos de estudos em escolas públicas e na oferta de atividades formativas complementares a estudantes e egressos vinculados a cursinhos pré-vestibulares populares e ao Curso Especial Pré-Vestibular da UEL (CEPV/UEL). Essas ações buscam promover capacidades acadêmicas, autonomia e protagonismo, enfrentando barreiras sociais e educacionais que dificultam a continuidade das trajetórias de estudo e o ingresso no ensino superior.

O segundo eixo de atuação envolve a organização e implementação de oficinas, minicursos, aulas, grupos de debate e rodas de conversa junto a populações em situação de vulnerabilidade social, tais como pessoas em situação de rua, moradores de áreas de expansão urbana, dependentes químicos, populações residentes em assentamentos urbanos ou rurais, crianças e adolescentes vítimas de violência ou em conflito com a lei, população LGBTQIAPN+ — com especial atenção às pessoas trans —, imigrantes, refugiados e pessoas com deficiência. Nessas ações, o Práxis Itinerante busca promover formação crítica voltada à conquista de direitos, ao fortalecimento da consciência política e social e à ampliação das possibilidades de participação cidadã.

Além disso, o Práxis Itinerante contribui para a valorização e a democratização cultural, conferindo visibilidade a produções e atividades culturais desenvolvidas por e para pessoas pretas, pardas e amarelas, indígenas, pessoas com deficiência e pessoas trans. Ao articular educação, cultura e direitos, o programa reafirma a universidade pública como espaço de diálogo, reconhecimento da diversidade e promoção da justiça social.

É nesse horizonte mais amplo de atuação que se inserem as parcerias estabelecidas com associações canábicas, como a Cura em Flor e a Maria Flor. Tais

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

parcerias constituem uma das frentes de ação do programa, dialogando com seu compromisso histórico com a democratização do conhecimento, a promoção do direito à saúde e o enfrentamento de estigmas sociais, sem, contudo, esgotar ou centralizar o conjunto de práticas desenvolvidas pelo Práxis Itinerante.

As parcerias estabelecidas pelo Programa de Extensão Práxis Itinerante com associações canábicas inserem-se como uma das frentes de atuação do programa, articulando-se ao seu compromisso mais amplo com a democratização do conhecimento, a promoção da cidadania e o enfrentamento de estigmas sociais. As primeiras aproximações entre integrantes do Programa e a Associação Cura em Flor de Apoio à Cannabis Medicinal, se deu através de um encontro entre o Professor coordenador e o médico da família e comunidade Márcio Rodrigues Alves, integrante da Associação em questão de Apucarana (PR). Após esse primeiro contato, a equipe do Práxis passou a estudar possibilidades de parceria com a Associação para a realização de, principalmente, eventos cujo objetivo fosse a divulgação das informações a respeito do uso terapêutico da maconha, desmistificando preconceitos e democratizando o acesso ao conhecimento relacionado à medicina contida na planta *Cannabis sativa* L..

Dessa forma, foi firmado um Termo de Compromisso entre a Associação e o Programa de Extensão vinculado à Universidade Estadual de Londrina em 2022. Em setembro deste ano, aconteceu a “Quarta Canábica”⁴, evento transmitido de forma online, que tinha como objetivo disseminar informações a respeito do tema e comemorar 2 (dois) anos desde o início da Associação. O evento contou com um debate realizado entre Márcio Rodrigues Alves, médico de família e comunidade, pós-graduado em cannabis medicinal, formado em pesquisa clínica com psicoterapia assistida por psicodélicos; Murilo Nicolau, advogado no setor da Cannabis Medicinal, especialista em Habeas Corpus de cultivo e mestre em direito pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Gabriela Benjoi, graduada em Farmácia pela UEL, especialista em cuidados intensivos pela Irmandade Santa Casa de Londrina e residente em saúde da mulher, e Vitória Benjoi, sua irmã e usuária de cannabis medicinal, graduada em Farmácia pela UEL, especialista em

⁴ Vídeo disponível na íntegra em: [Quarta Canábica - Comemoração aos 2 anos da Associação Cura em Flor de Apoio à Cannabis Medicinal](#).

cuidados intensivos pela Irmandade Santa Casa de Londrina e residente em saúde da mulher.

Ainda em 2022, uma estudante da pós-graduação e integrante do Programa, sob orientação do coordenador do mesmo, ingressou no mestrado com a temática do associativismo canábico e o estudo de uma associação canábica em específico, no caso, a Associação Maria Flor (Marília/SP), o que ocasionou em uma aproximação com suas idealizadoras. Tal contato foi importante para firmar uma série de parcerias nos anos seguintes.

A parceria com a Associação Canábica Cura em Flor continuou no ano seguinte, e em março de 2023, o Anfiteatro Maior do Centro de Letras e Ciências Humanas (CLCH) da UEL foi palco do debate⁵ sobre o uso terapêutico da maconha e da Lei Pétala, Lei 21.364/2023, com a presença do autor da mesma, o Deputado Estadual Goura Nataraj, professor, filósofo, coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista do Paraná, membro da bancada de oposição e 3º secretário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. A Lei Pétala pretende facilitar o acesso a medicamentos e produtos à base de canabidiol (CBD) e tetrahydrocannabinol (THC) para tratamento de doenças, síndromes e transtornos de saúde mediante apresentação de uma série de documentos. Para além do deputado, estiveram presentes, também, integrantes da Associação Cura em Flor, Dalila Almeida Souza, técnica em química, empreendedora, sócia fundadora da Associação e paciente de cannabis terapêutica; Jackeline Aristides, enfermeira de saúde mental, pós-graduada em cannabis medicinal, mestre em saúde coletiva e antiga presidenta da Associação; e Pablo Bordão, médico pela UEL, especialista em medicina da família e comunidade e integrante da Associação.

Em dezembro de 2024, a UEL sediou o “Simpósio de Cannabis e III Fórum Paranaense de Cannabis”, ambos eventos tinham o objetivo de aprofundar o debate a respeito dos marcos regulatórios, aplicações terapêuticas — em humanos e animais — e industriais da planta, um evento tanto para a comunidade acadêmica

⁵Vídeo disponível na íntegra em: [QUINTA CANÁBICA: O USO TERAPÊUTICO DA MACONHA E LEI PÉTALA - CANNABIS MEDICINAL \(LEI 21.364/2023\)](#)

quanto para a comunidade externa. O evento foi resultado da organização do Programa de Extensão Práxis, em parceria com a Associação Cura em Flor, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG), Associação Brasileira das Indústrias de Cannabis (ABICANN) e a Associação de Terapia e Harmonia Canábica Semear.

Em 2025, as relações com a Associação Canábica Maria Flor, sediada em Marília (SP), foram seladas com um Termo de Compromisso cujo objetivo consiste em promover a divulgação qualificada e o acesso democrático à cannabis medicinal, destacando sua eficácia no tratamento de doenças crônicas e fomentando o conhecimento científico em uma perspectiva multidisciplinar, ao mesmo tempo em que busca desmistificar preconceitos e ampliar a informação à comunidade por meio de ações educativas e comunicacionais. Propõe a educação em saúde como estratégia para a melhoria da qualidade de vida, a democratização do acesso ao conhecimento e aos tratamentos, hoje restritos a parcelas economicamente privilegiadas, e a incorporação da redução de danos nos cuidados em saúde. Além disso, enfatiza a necessidade de que os avanços no cultivo, manipulação, extração e distribuição da cannabis medicinal beneficiem populações em situação de vulnerabilidade social, especialmente a população negra e moradores de periferias, historicamente excluídos e impactados pela guerra às drogas, contribuindo também para a produção e a popularização do conhecimento científico.

A primeira ação realizada constou na idealização e efetivação do curso “Entre a planta e o corpo: Sistema Endocanabinoide, maconha&cannabis e suas aplicações em humanos e animais”, ministrado nos dias 02 e 03 de dezembro de 2025 por profissionais da Associação, incluindo farmacêuticos, médicos veterinários e advogada. Após a realização do curso, foi oferecida uma viagem pelo Programa com destino a Associação em Marília, para que os participantes pudessem ver a rotina de uma associação canábica que concretiza todas etapas desde atendimento e acolhimento a pacientes à, plantio, extração e fabricação do óleo.

Em ambos os casos, as parcerias evidenciam o papel da extensão

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

universitária como espaço de mediação entre saberes acadêmicos e saberes produzidos na prática social. Ao promover encontros, debates e ações formativas, o Programa Práxis Itinerante atuou como facilitador do diálogo entre universidade, associações e sociedade, sem substituir ou centralizar as agendas próprias do associativismo canábico. Assim, as parcerias analisadas reafirmam a extensão universitária como prática político-cultural capaz de contribuir para a democratização do conhecimento, o enfrentamento do estigma e a promoção do direito à saúde, em consonância com os objetivos mais amplos do programa.

Ao atuar no campo da cannabis medicinal, a extensão universitária contribui para o enfrentamento do estigma associado à planta e aos seus usuários. A produção de discursos baseados em evidências científicas e experiências concretas auxilia a desconstruir narrativas moralizantes e criminalizantes.

Embora apresentem impactos positivos, as parcerias entre universidade e associações canábicas enfrentam desafios, como limitações institucionais, resistências políticas e insegurança jurídica. Reconhecer esses desafios é fundamental para o aprimoramento das práticas extensionistas.

13. Discussão

A análise das ações desenvolvidas pelo Programa de Extensão Práxis Itinerante em parceria com as associações Cura em Flor e Maria Flor evidencia que a extensão universitária pode assumir um papel estratégico na mediação entre universidade, movimentos sociais e políticas públicas. Longe de se restringir a uma função instrumental ou complementar, a extensão emerge como prática política capaz de tensionar paradigmas hegemônicos e produzir novos sentidos sobre saúde, cuidado e direitos.

No campo da cannabis medicinal, esse papel torna-se particularmente relevante diante da persistência do proibicionismo e de seus efeitos estigmatizantes. As experiências analisadas demonstram que, ao reconhecer as associações canábicas como produtoras legítimas de conhecimento, a universidade contribui para a ruptura de hierarquias epistemológicas que tradicionalmente privilegiam saberes biomédicos e jurídicos em detrimento das experiências dos pacientes.

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

Os eventos, debates públicos e ações formativas promovidos no âmbito das parcerias extensionistas configuram-se como espaços de disputa simbólica, nos quais narrativas moralizantes sobre a cannabis são confrontadas por discursos fundamentados em evidências científicas e vivências concretas. Esse processo favorece a construção de uma agenda pública mais sensível às demandas por acesso à cannabis medicinal e por reconhecimento do direito à saúde.

Considerações finais

As experiências analisadas ao longo deste artigo evidenciam que a extensão universitária, quando orientada por uma perspectiva crítica (Freire?, e socialmente comprometida, assume um papel central na mediação entre universidade, sociedade e políticas públicas. No contexto do uso terapêutico da cannabis no Brasil, marcado por lacunas regulatórias, estigmatização e desigualdades de acesso à saúde, as ações do Programa de Extensão Práxis Itinerante demonstram como a universidade pública pode atuar para além da produção acadêmica tradicional, inserindo-se ativamente em processos de transformação social.

As parcerias estabelecidas com as associações canábicas Cura em Flor e Maria Flor revelam a potência do diálogo entre saberes acadêmicos e saberes produzidos no associativismo, especialmente aqueles oriundos das experiências de pacientes, familiares e ativistas. Ao reconhecer esses sujeitos como produtores legítimos de conhecimento, a extensão universitária contribui para a democratização da informação científica, para o enfrentamento do estigma associado à cannabis e para a ampliação do debate público sobre o direito à saúde.

Nesse sentido, as ações extensionistas analisadas — como a formalização de termos de compromisso, a realização de eventos acadêmicos e a promoção de espaços públicos de debate — configuram-se como práticas político-culturais que tensionam o paradigma proibicionista e fortalecem a cidadania. Tais iniciativas não apenas ampliam o acesso ao conhecimento, mas também favorecem a construção de redes de colaboração entre universidade, associações e demais atores sociais, potencializando a incidência social da extensão.

Por fim, conclui-se que o Programa de Extensão Práxis Itinerante reafirma a

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

extensão universitária como dimensão indissociável do ensino e da pesquisa, comprometida com a cultura, a justiça social e a defesa de direitos. Ao atuar no campo da cannabis medicinal, o programa evidencia que a universidade pública pode — e deve — assumir um papel ativo na mediação de conflitos sociais contemporâneos, contribuindo para a construção de políticas mais inclusivas e para a promoção de uma sociedade mais informada, democrática e plural.

Referências

BARBOSA, Luciana. Usos Medicinais de Maconha no Brasil e no Chile: Mobilização Social e Produção de Conhecimento. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 27, n. 2, p. 1–16, 2022. DOI: 10.5433/2176-6665.2022v27n2e43957. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/43957>. Acesso em: 1 jun. 2026.

BARBOSA, M. G. A., BARROS, E. F. A., LIMA, G. R. de, SILVA, G. F. da, & SOUZA, P. G. V. D. de. (2020). O uso do composto de Canabidiol no tratamento da doença de Alzheimer (revisão da literatura). *Research, Society and Development*, [S. l.], 9(8).

BARROS, A.; PERES, M.. Proibição da maconha no Brasil e suas raízes históricas escravocratas. *Revista Periferia, S.L.*, v. 3, n. 2, p. 1-20, jan. 2011.

BECKER, H. Consciência, poder e efeito da droga. In: *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 181-204, 1977.

BOITEUX, L.; PÁDUA, J. A desproporcionalidade da lei de drogas: os custos humanos e econômicos da atual política do Brasil. *Laboratório de Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

BRANDÃO, M. Dito, feito e percebido: controvérsias, performances e mudanças na arena da maconha.. 2017. 411 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco; École Des Hautes Études En Sciences Sociales, Recife, 2017.

CARBONARI, Maria; PEREIRA, Adriana. A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade. São Paulo, Setembro de 2007. Base de dados do Anhanguera. Disponível em: <http://www.sare.unianhanguera.edu.br/index.php/reduc/article/viewArticle/207>. Acesso em: 10 mar. 2026.

Carlini, E. A., Karniol, I. G., Renault, P. F., & Schuster, C. R. (1974). Effects of marihuana in laboratory-animals and in man. *British Journal Of Pharmacology*, 50(2), 299-309.

CARVALHO VM, Brito MS, Gandra M. Mães pela cannabis medicinal em um Brasil aterrorizado entre luzes e fantasmas. *Fórum Sociológico* 2017; 39:57-66.

CARVALHO, V. et al. Quantificação de canabinoides em extratos medicinais de

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

cannabis por cromatografia líquida de alta eficiência. Química Nova [online]. 2020, v. 43, n. 1 [Acessado 9 Setembro 2021], pp. 90-97. Disponível em: <https://doi.org/10.21577/0100-4042.20170457>. Epub 16 Mar 2020. ISSN 1678-7064.

ESCOHOTADO, A. Historia General de las drogas. Madrid: Alianza, 1998.

FIORE, M. O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas. Novos Estudos Cebrap, n. 92, p. 9-21, mar. 2012.

GUIDO, P. et al. Medicinal cannabis in Latin America: history, current state of regulation, and the role of the pharmacist in a new clinical experience with canabidiol oil. Journal Of The American Pharmacists Association, [S.L.], v. 60, n. 1, p. 212-215, jan. 2020. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.japh.2019.09.012>.

KRUGER, D. J.; KRUGER, J. S.; COLLINS, R. L. Frequent cannabis users demonstrate low knowledge of cannabinoid content and dosages. Drugs: Education, Prevention and Policy, v. 0, n. 0, p. 1–7, 2020.

RYBKA, L. N.; NASCIMENTO, J. L. DO.; GUZZO, R. S. L.. Os mortos e feridos na “guerra às drogas”: uma crítica ao paradigma proibicionista. Estudos de Psicologia (Campinas), v. 35, n. 1, p. 99–109, jan. 2018.

REED, A. “Não tenha vergonha, vem pra marcha da maconha”: ação coletiva, política e identidade em um movimento social contemporâneo. (Dissertação de Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

RODRIGUES, Andréia Lilian Lima; COSTA, Carmen Lucia Neves do Amaral; PRATA, Michelle Santana; BATALHA, Taila Beatriz Silva; PASSOS NETO, Irazano de Figueiredo. Contribuições da extensão universitária na sociedade. Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - SERGIPE, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 141–148, 2013. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/494>. Acesso em: 1 jun. 2026.

RODRIGUES, T. Tráfico, Guerra, Proibição. In: LABATE, Beatriz; GOULART, Sandra; FIORE, Maurício; MACRAE, Edward; CARNEIRO, Henrique (orgs.). Drogas e Cultura: novas perspectivas. Salvador: EdUFBA, 2008. Pg. 91-104.

RODRIGUES, A. Sobre conhecimentos e ativismos: associações canábicas nas redes sociais digitais. 2022. 231 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2022.

SAAD, L. Fumo de negro: a criminalização da maconha no Brasil (1890-1932). (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2013.

SILVA, M. E. DA et al. Doença de Parkinson, exercício físico e qualidade de vida: uma revisão / Parkinson's disease, exercise and quality of life: a review. Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 9, p. 71478–71488, 23 set. 2020.

SILVA, Maria Do Socorro; VASCONCELOS, Simão Dias. Extensão universitária e formação profissional: avaliação da experiência das ciências biológicas na Universidade Federal de Pernambuco. Estudos em avaliação educacional, v. 17, n. 33, p. 119-136, 2006.

SILVA, M. D. S.; VASCONCELOS, S. D. Extensão Universitária e Formação Profissional: avaliação da experiência das Ciências Biológicas na Universidade Federal de Pernambuco. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 119–136, 2006. DOI: 10.18222/eae173320062130. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/2130>. Acesso em: 1 jun. 2026.

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná